

## ÍNDICE

Nota prévia.....	5
Plano .....	7
Principais siglas, acrónimos e abreviaturas .....	9
Introdução .....	11
Capítulo I. O estatuto jurídico de Cabinda examinado sob o ângulo histórico da conclusão com Portugal dos Tratados de Chinfuma (1883), Chicambo (1884) e Simulambuco (1885).....	19
Secção 1. A soberania de Portugal sobre Cabinda no período anterior à Conferência de Berlin de 1884-1885 .....	20
§ 1. O direito intertemporal aplicável.....	20
§ 2. Os factos pertinentes: a história colonial de Cabinda.....	21
Secção 2. A aquisição de títulos territoriais no direito internacional dos séculos XV a XIX .....	29
Secção 3. O valor jurídico internacional dos tratados de protetorado colonial concluídos entre Portugal e os príncipes indígenas cabindenses .....	36
Secção 4. O valor jurídico interno dos tratados de protetorado colonial concluídos entre Portugal e os príncipes indígenas cabindenses .....	46
Capítulo II. O valor jurídico do Acordo de Alvor (1975) relativo à independência de Angola.....	55
Secção 1. Argumentos invocados a favor da nulidade do Acordo de Alvor.....	57
§ 1. Argumentos relativos à nulidade do Acordo de Alvor no plano internacional	58
§ 2. Argumentos relativos à nulidade do Acordo de Alvor no plano interno.....	60
Secção 2. Apreciação da validade jurídica do Acordo de Alvor de 1975.....	62

§ 1. A natureza jurídica do Acordo de Alvor concluído entre o Estado português e os movimentos de libertação nacional angolanos .....	62
§ 2. A questão da nulidade do Acordo de Alvor em direito internacional.....	65
§ 3. A questão da nulidade do Acordo de Alvor em direito interno .....	78
Capítulo III. A aplicabilidade do princípio da autodeterminação dos povos ao enclave de Cabinda.....	91
Secção 1. Apreciação dos argumentos jurídicos relativos ao alegado direito de autodeterminação de Cabinda .....	91
§ 1. O contexto.....	91
§ 2. A consagração progressiva do princípio da autodeterminação dos povos no direito internacional .....	94
§ 3. O direito à autodeterminação como norma imperativa ( <i>jus cogens</i> ).....	115
§ 4. O direito à autodeterminação na sua dimensão externa .....	121
§ 5. A secessão em direito internacional público .....	133
A) Situações nas quais existe um direito reconhecido à secessão .....	133
B) Situações nas quais não existe um direito reconhecido à secessão .....	135
C) Situação em África .....	140
§ 6. O princípio da secessão-remédio como direito à autodeterminação externa	143
A) O conceito de secessão-remédio e o seu estatuto no direito internacional contemporâneo .....	143
B) A questão da aplicabilidade eventual da secessão-remédio ao caso de Cabinda	156
§ 7. O direito à autodeterminação na sua dimensão interna .....	168
Secção 2. Apreciação dos principais argumentos políticos e sociológicos invocados para a independência de Cabinda .....	176
§ 1. Uma ausência de unidade territorial entre Angola e Cabinda?.....	177
§ 2. Uma população cabindense diferente no seio da população angolana? .....	184
§ 3. Um movimento independentista cabindense organizado e unificado? .....	189
§ 4. Uma viabilidade económica do enclave cabindense? .....	197
Conclusão.....	205
Bibliografia seleccionada.....	207
I. Obras .....	207
II Artigos e contribuições em obras colectivas .....	210
III. Jurisprudência .....	212
III.1. Jurisprudência internacional.....	212
III.2. Jurisprudência interna.....	213
IV. Trabalhos académicos .....	213
V. Documentos de organizações não governamentais, think thanks e institutos..	214

VI. Sites internet .....	215
VI.1. Páginas institucionais .....	215
VI.2. Blogues militantes .....	215
 Anexo I. Mapa de Cabinda .....	 217
 Anexo II. Tratados de Chinfuma (1883), Chicambo (1884) e Simulambuco (1885).....	  219
A) Tratado de Chinfuma de 29 de setembro de 1883.....	219
B) Tratado de Chicambo de 26 de dezembro de 1884 .....	225
C) Tratado de Simulambuco de 1.º de fevereiro de 1885 .....	229
1) Texto do Tratado de protetorado.....	229
2) Padrão simbolizando o Tratado de protetorado de Simulambuco .....	234
 Anexo III. Acordo de Alvor de 1975 .....	 235
 Anexo IV. Suspensão do Acordo de Alvor de 1975 .....	 247
 Anexo V. Territórios portugueses não autónomos (1945-1999).....	 251
 Anexo VI. Resoluções 1514 (XV) e 2625 (XXV) da Assembleia Geral da ONU	253
A) Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais: Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral de 14 de dezembro de 1960.....	  253
B) Declaração sobre os Princípios de Direito Internacional relativos às Relações Amigáveis e à Cooperação entre os Estados em Conformidade com a Carta das Nações Unidas: Resolução 2625 (XXV) da Assembleia Geral de 24 de outubro de 1970.....	  255
 Anexo VII. Tipos de protetorado .....	 269